

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Banco Mizuho do Brasil S.A. – (Instituição Líder do Conglomerado Prudencial

31 de dezembro de 2014
com Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado
Prudencial

Banco Mizuho do Brasil S.A. - Conglomerado Prudencial

Demonstrações financeiras consolidadas

31 de dezembro de 2014

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	3
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos
Administradores e Acionistas do
Banco Mizuho do Brasil S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Mizuho do Brasil S.A. (o “Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e outras notas explicativas. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na Nota Explicativa nº 2.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na Nota Explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração do Banco, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280 do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais). Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as referidas demonstrações estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações

financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Mizuho do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações financeiras que divulgam:

- a) As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.



Building a better
working world

- b) A Administração do Banco optou pela faculdade prevista no parágrafo 2º, do artigo 10, da Circular nº 3.701, de 13 de março de 2014, do Banco Central do Brasil, e não estão sendo apresentadas de forma comparativa, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial correspondentes às datas bases anteriores a 31 de dezembro de 2014.

Outros assuntos

O Banco Mizuho do Brasil S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 5 de março de 2015.

São Paulo, 28 de setembro de 2016.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Patricia di Paula da Silva Paz
Contadora CRC-1SP198827/O-3

Banco Mizuho do Brasil S.A. - Conglomerado Prudencial

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais)

	<u>2014</u>
Ativo	
Circulante	<u>1.404.266</u>
Disponibilidades	<u>7.550</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	<u>254.316</u>
Aplicações no mercado aberto	<u>103.029</u>
Aplicações em depósitos interfinanceiros	<u>87.967</u>
Aplicações em moedas estrangeiras	<u>63.320</u>
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	<u>122.582</u>
Carteira própria	<u>42.049</u>
Vinculados à compromissos de recompra	<u>52.429</u>
Instrumentos financeiros derivativos	<u>28.104</u>
Relações interfinanceiras	<u>33</u>
Créditos vinculados	<u>33</u>
Operações de crédito	<u>241.895</u>
Operações de crédito - setor privado	<u>242.039</u>
Financiamento a exportação	<u>11</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(155)</u>
Outros créditos	<u>777.478</u>
Carteira de câmbio	<u>620.632</u>
Rendas a receber	<u>2.043</u>
Diversos	<u>155.468</u>
Provisão para perda outros créditos	<u>(665)</u>
Outros valores e bens	<u>412</u>
Despesas antecipadas	<u>412</u>
Realizável a longo prazo	<u>900.343</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	<u>30.198</u>
Aplicações em depósitos interfinanceiros	<u>30.198</u>
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	<u>670.079</u>
Carteira própria	<u>484.923</u>
Instrumentos financeiros derivativos	<u>17.443</u>
Vinculados a prestação de garantias	<u>167.713</u>
Operações de crédito	<u>7.249</u>
Operações de crédito - setor privado	<u>4.785</u>
Financiamento a exportação	<u>2.464</u>
Outros créditos	<u>192.817</u>
Carteira de câmbio	<u>1.574</u>
Diversos	<u>217.545</u>
Provisão para perda outros créditos	<u>(26.302)</u>
Permanente	<u>4.684</u>
Investimentos	<u>148</u>
Outros investimentos	<u>148</u>
Imobilizado de uso	<u>4.536</u>
Outras imobilizações de uso	<u>14.311</u>
Depreciação acumulada	<u>(9.775)</u>
Total do ativo	<u>2.309.293</u>

	<u>2014</u>
Passivo	
Circulante	<u>1.507.452</u>
Depósitos	<u>182.041</u>
Depósitos à vista	3.018
Depósitos a prazo	179.023
Captações no mercado aberto	<u>51.389</u>
Carteira própria	51.389
Obrigações por repasses do país - Instituições oficiais	<u>1.744</u>
FINAME	1.744
Relações interdependências	<u>592</u>
Recursos em trânsito de terceiros	592
Obrigações por empréstimos	<u>347.806</u>
Empréstimos do exterior	347.806
Instrumentos financeiros derivativos	<u>21.479</u>
Instrumentos financeiros derivativos	21.479
Obrigações por repasses do exterior	<u>467.929</u>
Repasses do exterior	467.929
Outras obrigações	<u>434.472</u>
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	6
Carteira de câmbio	246.759
Sociais e estatutárias	2.556
Fiscais e previdenciárias	23.022
Negociação e intermediação de valores	6.457
Diversas	155.672
Exigível a longo prazo	<u>279.770</u>
Depósitos	<u>120.768</u>
Depósitos interfinanceiros	1.387
Depósitos a prazo	119.381
Obrigações por repasses do país - Instituições oficiais	<u>725</u>
FINAME	725
Instrumentos financeiros derivativos	<u>15.310</u>
Instrumentos financeiros derivativos	15.310
Outras obrigações	<u>142.967</u>
Fiscais e previdenciárias	128.642
Carteira de câmbio	1.725
Diversas	12.600
Resultados de exercícios futuros	<u>190</u>
Resultados de exercícios futuros	190
Patrimônio líquido	<u>521.881</u>
Capital social:	
De domiciliados no exterior	516.580
Reservas de lucros	2.571
Ajuste de avaliação patrimonial	2.730
Total do passivo	<u><u>2.309.293</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Mizuho do Brasil S.A. - Conglomerado Prudencial

Demonstrações dos resultados

Semestre findo em 31 de dezembro de 2014 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	2014	
	2º semestre	Exercício
Receitas da intermediação financeira	196.132	244.869
Operações de crédito	32.354	48.536
Resultado de títulos e valores mobiliários	41.952	83.905
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	59.044	21.128
Resultado de câmbio	60.411	83.809
Resultado de venda ou de transferência de ativo financeiros	2.371	7.491
Despesas da intermediação financeira	(190.055)	(195.924)
Operações de captações no mercado	(17.722)	(28.079)
Operações de empréstimos e repasses	(145.675)	(141.324)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(26.658)	(26.521)
Resultado bruto da intermediação financeira	6.077	48.945
Outras receitas (despesas) operacionais	13.274	(12.815)
Receitas de prestação de serviços	35.480	47.536
Despesas de pessoal	(22.875)	(43.215)
Outras despesas administrativas	(13.458)	(25.655)
Despesas tributárias	(2.086)	(4.355)
Outras receitas operacionais	20.766	21.498
Outras despesas operacionais	(4.553)	(8.624)
Resultado operacional	19.351	36.130
Resultado não operacional	67	70
Resultado antes da tributação sobre o lucro	19.418	36.200
Imposto de renda e contribuição social	5.183	(3.308)
Provisão para imposto de renda	(3.005)	(7.528)
Provisão para contribuição social	(1.268)	(3.174)
Ativo fiscal diferido	9.456	7.394
Participações dos empregados no lucro	(1.086)	(2.131)
Lucro líquido /(prejuízo) dos semestre/exercícios	23.515	30.761
Juros sobre capital próprio	(22.500)	(22.500)
Lucro líquido/(prejuízo) por ação - R\$	11,06	14,47

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Mizuho do Brasil S.A. - Conglomerado Prudencial

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2014

	Capital social		Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial
	Capital social	Aumento de capital	Reserva legal	Reserva especial	
Saldos em 31 de dezembro de 2013	496.893	-	-	-	4.680
Aumento de capital	-	19.687	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	(1.950)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-
Constituição da reserva de lucros	-	-	1.538	1.033	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	496.893	19.687	1.538	1.033	2.730
Saldos em 30 de junho de 2014	496.893	-	362	-	3.833
Aumento de capital	-	19.687	-	-	-
Constituição da reserva de lucros	-	-	1.176	1.033	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	(1.103)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	496.893	19.687	1.538	1.033	2.730

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Mizuho do Brasil S.A. - Conglomerado Prudencial

Demonstrações dos fluxos de caixas

Semestre findo em 31 de dezembro de 2014 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de reais)

	2014	
	2º Semestre	Exercício
Atividades operacionais:		
Lucro líquido/(prejuízo)	23.515	30.761
Ajustes ao lucro líquido/(prejuízo)	36.537	30.381
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	26.658	26.521
Provisão para contingências	4.595	7.375
Resultado de participação em controlada	(17.489)	(12.393)
Depreciações e amortizações	751	1.353
Provisão PLR	1.086	2.131
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	4.513	5.394
Variação de taxa	16.423	-
Variações em ativos e passivos:	36.233	9.589
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(46.487)	(42.493)
(Aumento)/redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	39.212	(47.727)
(Aumento)/redução em operações de crédito	(13.768)	(164.300)
(Aumento)/redução em outros créditos	(448.140)	(524.797)
(Aumento)/redução em outros valores e bens	12	(99)
(Aumento)/redução variação líquida em relações interfinanceiras e Interdependências	703	834
Aumento / (redução em obrigações por empréstimos e repasses	159.237	238.849
Aumento/(redução) em depósitos	36.489	136.164
Aumento/(redução) em outras obrigações	324.854	341.803
Aumento / (redução) Captações no mercado aberto	45.963	46.421
Aumento/(redução) em instrumentos financeiros derivativos	16.904	24.799
Aumento/(redução) em resultados de exercícios futuros	(322)	135
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades operacionais	96.286	70.731
Atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado de uso	(1.384)	(2.172)
Alienação de imobilizado de uso	41	41
Aquisição de investimentos	-	(6)
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades de investimentos	(1.343)	(2.137)
Atividades de financiamentos:		
Pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos	(22.500)	(22.500)
Aumento de capital	19.687	19.687
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades de financiamento	(2.813)	(2.813)
(Redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa	92.129	65.781
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	152.207	178.555
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	224.943	244.336
(Redução) aumento em equivalentes de caixa	92.129	65.781

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Mizuho do Brasil S.A. - Conglomerado Prudencial

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Banco Mizuho do Brasil é um banco múltiplo, autorizado a operar com carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e câmbio. Tem atuação no mercado de atacado e atende empresas de várias nacionalidades e diferentes setores, oferecendo uma ampla gama de produtos e serviços, como depósitos, operações de financiamento ao comércio exterior, corporate banking, structured financing, project financing, entre outros.

O Banco realiza suas atividades de acordo com as leis e regulamentações brasileiras e as diretrizes de sua matriz, da qual também, quando necessário, utiliza linhas de empréstimos, de forma a possibilitar a gestão consistente de seu fluxo de caixa.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas com a finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), de acordo com os procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 4.280/2013 do CMN e Circular nº 3.701/2014 do BACEN, e não se confundem com as demonstrações financeiras individuais para fins gerais, que são objeto de outros normativos do BACEN.

A Administração optou pela faculdade prevista na Circular nº 3.701/2014 do BACEN, e não estão sendo apresentadas de forma comparativa, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial correspondentes às datas-bases anteriores a 31 de dezembro de 2014.

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial incluem os saldos da instituição Mizuho do Brasil Cayman Limited, da qual o banco tem participação direta de 100%.

Para a elaboração da demonstração consolidada do conglomerado prudencial, foram eliminadas as participações de uma entidade em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas e as despesas entre as entidades incluídas na consolidação.

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos derivativos ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Banco Mizuho do Brasil S.A. - Conglomerado Prudencial

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Conglomerado Prudencial--Continuação
31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “*pro rata*” dia para as de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas com operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidade em moeda nacional e estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, cujo vencimento das operações na data efetiva de sua aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e que são utilizados pelo Banco Mizuho para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Os valores estão apresentados, abaixo:

	<u>2014</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>224.943</u>
Disponibilidades	<u>7.550</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	217.393

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068 de 08 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

Banco Mizuho do Brasil S.A. - Conglomerado Prudencial

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Conglomerado Prudencial--Continuação
31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos--Continuação

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos, e compreende os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado.

Os títulos disponíveis para a venda representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação ou para investimento. São utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. São avaliados a mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização.

Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos para os quais o Banco tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações a termo, operações com opções, operações de futuro e operações de “*swap*” são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

- Operações a termo - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão de fluência dos contratos até a data do balanço;
- Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizados como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita ou despesa no caso de não exercício;
- Operações de futuro - o valor dos ajustes diários são contabilizados em conta de ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;

Banco Mizuho do Brasil S.A. - Conglomerado Prudencial

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Conglomerado Prudencial--Continuação
31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos--Continuação

- Operações de *swap* - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa “*pro rata*” até a data do balanço.

Os instrumentos financeiros derivativos são registrados ao valor de mercado, exceto aqueles que tiverem sido contratados de forma associada às operações de captação ou aplicação, conforme definido pela Circular nº 3.150 do Banco Central do Brasil.

As transações efetuadas para proteção ao risco das posições do Banco, qualificadas como *hedge* contábil, são distinguidas em duas categorias: *hedge* de risco de mercado e *hedge* de fluxo de caixa.

As operações classificadas como *hedge* de risco de mercado são destinadas a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge* e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa no resultado do período. Os respectivos itens objetos de *hedge* são ajustados ao valor de mercado, em contrapartida a respectiva conta de receita ou despesa relacionada ao item objeto de *hedge*.

As operações de *hedge* de fluxo de caixa são destinadas a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado. A valorização ou desvalorização dos derivativos contratados para *hedge* de fluxo de caixa é contabilizada em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido em conjunto com os efeitos da avaliação a mercado dos itens objeto de *hedge*, deduzidos dos efeitos tributários. A parcela não efetiva do *hedge*, quando aplicável, é reconhecida diretamente ao resultado do período.

e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (sem risco) e “H” (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

Banco Mizuho do Brasil S.A. - Conglomerado Prudencial

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Conglomerado Prudencial--Continuação
31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa--Continuação

As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação pelo prazo máximo de seis meses, contados a partir de sua classificação nesse nível de risco, sendo posteriormente baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

f) Investimentos

A participação em controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial. Os títulos patrimoniais foram registrados pelo custo de aquisição e ajustados pela atualização patrimonial informada pela respectiva instituição (até a data da respectiva desmutualização). Os outros investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

g) Depreciações

A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo: móveis, utensílios e instalações - 10%; e sistema de processamento de dados e veículos - 20%.

h) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do exercício.

i) Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata*”- dia.

Banco Mizuho do Brasil S.A. - Conglomerado Prudencial

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Conglomerado Prudencial--Continuação
31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

j) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros, exceto créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

Em 31 de dezembro de 2014 não foram identificados ativos não financeiros registrados com indicação de perda por *impairment*.

k) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para o imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis, à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o exercício e das deduções previstas em lei. A contribuição social apurada sobre o lucro líquido ajustado, na forma da legislação em vigor, é calculada à alíquota de 15%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre adições temporárias e prejuízos fiscais, são registrados na rubrica de “Outros créditos - diversos”, no realizável a longo prazo às alíquotas de 25% e 15% respectivamente.

l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo:

- Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências determinantes de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos.
- Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são sujeitos a divulgação em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Banco Mizuho do Brasil S.A. - Conglomerado Prudencial

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Conglomerado Prudencial--Continuação
31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias--Continuação

- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

m) Lucro por ação

Foi calculado com base no número de ações em circulação na datas-base de 31 de dezembro de 2014.

n) Eventos subsequentes

De acordo com a Resolução no 3.973/2011 do CMN que dispõe sobre a contabilização e divulgação de eventos subsequentes ao período a que se referem as demonstrações financeiras, conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 24, não foram identificados eventos subsequentes que necessitem ser divulgados desde a aprovação final dessas demonstrações financeiras por parte da Administração do Banco, ocorrida em 05 de março 2015, exceto pelo descrito na nota explicativa 21.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

a) Aplicações em operações compromissadas

	<u>2014</u>
Posição bancada:	
Letras do Tesouro Nacional – LTN	103.089
Rendas a apropriar	<u>(60)</u>
	103.029
Notas do Tesouro Nacional – NTN	697
Rendas a apropriar	<u>(697)</u>
	-
Total posição bancada	<u>103.029</u>
Total de aplicações no mercado aberto	<u>103.029</u>

b) Aplicações em depósitos interfinanceiros

As aplicações em depósitos interfinanceiros são representadas por operações realizadas com instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional – SFN e montam em 31 de dezembro de 2014 a R\$118.165.

Banco Mizuho do Brasil S.A. - Conglomerado Prudencial

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Conglomerado Prudencial--Continuação
31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais)

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez--Continuação

c) Aplicações em moeda estrangeira

As aplicações em moedas estrangeiras estão representadas por operações realizadas com banqueiros correspondentes no exterior e montam em 31 de dezembro de 2014 em R\$63.320 equivalentes a US\$23.841, apresentando taxas de 0,17% a 3,20% em USD.

5. Títulos e valores mobiliários

a) Composição por classificação

	2014	
	Valor de Custo	Valor Mercado/contábil (1)
Títulos e valores mobiliários:		
Carteira própria:	528.382	526.972
Títulos para negociação	8.540	8.358
Debêntures	8.540	8.358
Títulos disponíveis para venda	519.842	518.614
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	15.532	15.532
Letras do Tesouro Nacional - LTN	457.836	451.947
Notas de Tesouro Nacional - NTN	46.474	51.135
Vinculados à compromisso de recompra	53.569	52.429
Títulos para negociação	53.569	52.429
Debêntures	53.569	52.429
Vinculados à prestação de garantias	169.823	167.713
Títulos disponíveis para venda	169.823	167.713
Letras do Tesouro Nacional - LTN	169.823	167.713
	751.774	747.114

(1) Reflete o valor contábil após a marcação a mercado.

Banco Mizuho do Brasil S.A. - Conglomerado Prudencial

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Conglomerado Prudencial--Continuação
31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais)

5. Títulos e valores mobiliários--Continuação

b) Composição por prazo de vencimento

	2014		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Carteira própria:	36.430	490.542	526.972
Títulos para negociação	2.739	5.619	8.358
Debêntures	2.739	5.619	8.358
Títulos disponíveis para venda	33.691	484.923	518.614
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	5.727	9.805	15.532
Letras do Tesouro Nacional - LTN	11.900	440.047	451.947
Notas do Tesouro Nacional - NTN	16.064	35.071	51.135
Vinculados a operações compromissadas:	17.183	35.246	52.429
Títulos para negociação	17.183	35.246	52.429
Debêntures	17.183	35.246	52.429
Vinculados à prestação de garantias:	-	167.713	167.713
Títulos disponíveis para venda	-	167.713	167.713
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	167.713	167.713
	53.613	693.501	747.114

Os títulos classificados “para negociação” são avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período e são apresentados no balanço patrimonial no ativo circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

Os títulos classificados “disponíveis para venda” são avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período (devido a política de *Hedge Accounting*, vide a nota explicativa 17) e são apresentados no balanço patrimonial no ativo circulante e realizável ao longo prazo, em função de suas datas de vencimento.

Os parâmetros utilizados para o cálculo do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários são os divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA), que se utiliza de modelos internos de precificação.

Banco Mizuho do Brasil S.A. - Conglomerado Prudencial

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Conglomerado Prudencial--Continuação
31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais)

5. Títulos e valores mobiliários--Continuação

b) Composição por prazo de vencimento--Continuação

O valor de mercado das debêntures é apurado considerando o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis.

Os títulos públicos encontram-se custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (“SELIC”) e os títulos privados encontram-se custodiados na . CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não houve reclassificação de títulos entre as categorias.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por tipo de operação

	<u>2014</u>	<u>%</u>
Operações de crédito:		
Empréstimos e títulos descontados	246.825	30,84
Financiamentos a exportação	2.475	0,31
Total de operações de crédito	249.300	31,15
Outros créditos		
Adiantamentos sobre contratos de câmbio e respectivas rendas a receber (Nota 7)	338.282	42,27
Cédula de crédito Bancário (CCBs) (Nota 8)	52.604	6,58
Notas de Crédito de Exportação (Nota 8)	146.714	18,33
Crédito Consignado (Nota 8)	13.336	1,67
Total de outros créditos	550.936	68,85
Total da carteira de crédito	800.236	100,00

b) Concentração do total da carteira de crédito por setor de atividade

	<u>2014</u>	
Setor privado	<u>R\$</u>	<u>%</u>
Indústria:	264.916	33,10
Química e farmacêutica	152.499	19,05
Agropecuário	61.217	7,65
Outros	51.200	6,40
Serviços:	535.320	66,90
Intermediários financeiros	19.192	2,40
Agropecuário	130.537	16,31
Energia	193.009	24,12
Outros serviços	192.582	24,07
Total da carteira de crédito	800.236	100,00

Banco Mizuho do Brasil S.A. - Conglomerado Prudencial

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Conglomerado Prudencial--Continuação
31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais)

6. Operações de crédito--Continuação

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento das operações

	2014	
	R\$	%
A vencer:	790.875	98,83
De 1 a 90 dias	225.721	28,21
De 91 a 365 dias	505.034	63,11
Acima de 365 dias	60.120	7,51
Vencidas	9.361	1,17
Total da carteira de crédito	800.236	100,00

d) Concentração do risco da carteira de crédito

	2014	
	R\$	%
Principal devedor	126.644	15,83
20 maiores devedores	800.236	100,00

e) Concentração da carteira de crédito e provisão para devedores duvidosos

A composição da carteira de crédito e correspondente provisão para devedores duvidosos nos prazos e níveis de risco estabelecidos pela Resolução nº 2682/99, em 31 de dezembro de 2014 é como segue:

Nível de risco:	2014		
	Total das operações	Provisão constituída	%
AA	719.242	-	-
A	-	-	-
B	-	-	-
C	28.390	852	3,14
D	-	-	-
E	-	-	-
F	52.604	26.302	96,86
G	-	-	-
H	-	-	-
Total da carteira de crédito	800.236	27.154	100,00

Banco Mizuho do Brasil S.A. - Conglomerado Prudencial

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Conglomerado Prudencial--Continuação
31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais)

6. Operações de crédito--Continuação

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2014	
	2º semestre	Exercício
Saldo inicial	35.938	36.075
Constituição	27.122	27.122
Reversão	(464)	(601)
Baixa para prejuízo	(35.474)	(35.474)
Saldo final	27.122	27.122
Créditos recuperados	10.065	14.205

7. Carteira de câmbio

	2014	
	Outros créditos	Outras obrigações
Ativo	622.206	-
Câmbio comprado a liquidar	530.848	-
Direitos sobre venda de câmbio	89.582	-
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (Nota 6a)	1.776	-
Passivo	-	248.484
Câmbio vendido a liquidar	-	91.058
Obrigações por compra de câmbio	-	493.932
Adiantamento sobre contratos de câmbio (Nota 6a)	-	(336.506)

8. Outros créditos - diversos (circulante e longo prazo)

	2014
Créditos tributários (Nota 13)	94.613
Crédito consignado	13.336
Cédulas de Créditos Bancários (CCB)	52.604
Devedores por depósito em garantia	64.355
Notas de Crédito à Exportação (NCE)	146.714
Outros	1.391
Total	373.013

Banco Mizuho do Brasil S.A. - Conglomerado Prudencial

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Conglomerado Prudencial--Continuação
31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais)

9. Depósitos

a) Diversificação de produtos e prazo

	2014				Total
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Depósitos à vista	3.018	-	-	-	3.018
Depósitos interfinanceiros	-	-	-	1.387	1.387
Depósitos a prazo	-	103.832	75.191	119.381	298.404
	3.018	103.832	75.191	120.768	302.809

b) Concentração

	2014	
	Valor	% sobre a carteira
10 maiores credores	234.195	77,34
50 maiores credores seguintes	68.614	22,66
Total da carteira	302.809	100,00

10. Recursos de aceite e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos, em 31 de dezembro de 2014, correspondem à captação de recursos com entidades do grupo no exterior no valor de R\$347.806, com vencimentos até outubro de 2015, apresentando taxas de 0,25% a 0,61% a.a. em dólar.

As obrigações por repasses do exterior correspondem à captação de recursos com entidades do grupo no valor de R\$467.929, com vencimentos até outubro de 2015, apresentando taxas de 0,45% a 0,74% a.a. em dólar.

11. Outras obrigações diversas e fiscais e previdenciárias (circulante e longo prazo)

a) Circulante - fiscais, previdenciárias e diversas

Compostas, substancialmente, por provisões para imposto de renda e contribuições a recolher de R\$12.739, provisões para imposto de renda e contribuição social diferidas de R\$ 10.283, provisões administrativas de R\$9.760 e credores diversos de R\$97.

As obrigações por cessão de créditos, em 31 de dezembro de 2014, correspondem a R\$145.815, com vencimentos até agosto de 2015, apresentando taxas de 10,57% a 11,12% a.a. Foram cedidas operações de Capital de Giro no montante de R\$ 116.579 e Notas de Crédito de Exportação no montante de R\$ 33.000, na modalidade “Com retenção substancial dos riscos e benefícios”.

Banco Mizuho do Brasil S.A. - Conglomerado Prudencial

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Conglomerado Prudencial--Continuação
31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais)

11. Outras obrigações diversas e fiscais e previdenciárias (circulante e longo prazo)--Continuação

b) Longo prazo – fiscais e previdenciárias

Representam as parcelas de impostos e contribuições cuja exigibilidade está suspensa, resultante de processos judiciais ingressados pela instituição.

As provisões estão constituídas pela parcela integral que poderá ser exigida pelo órgão arrecadador, acrescida dos encargos moratórios legais, sendo compostas como segue:

	<u>2014</u>
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	105.863
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	11.859
Contribuição social sobre o lucro - CSLL	2.798
Programa de Integração Social - PIS	5.426
Imposto sobre serviços - ISS	442
Outros	2.254
Total das provisões	128.642
(-) Depósitos judiciais vinculados	(62.405)
Valor líquido	66.237

Os processos estão baseados nas seguintes questões:

1. COFINS - provisão constituída em decorrência da suspensão do recolhimento em virtude de discussão judicial quanto à base de cálculo dessa contribuição. Em 31 de dezembro de 2014 existem depósitos judiciais no montante de R\$28.392.
2. IRPJ - o Banco possui ações judiciais que discutem a dedutibilidade da despesa de CSLL dos anos de 1997, 1999 e 2000, da base de cálculo do Imposto de Renda. Além disso, existe processo administrativo que discute a dedução de perdas de operações de créditos. Em 31 de dezembro de 2014 existem depósitos judiciais no montante de R\$26.100.
3. CSLL - a provisão em questão refere-se a processo administrativo que discute a dedução de perdas de operações de créditos da base de cálculo da CSLL. Em 31 de dezembro de 2014 existem depósitos judiciais no montante de R\$5.788.
4. ISS - essas ações discutem a legalidade da cobrança desse imposto sobre determinadas receitas. Em 31 de dezembro de 2014 existem depósitos judiciais no montante de R\$420.

Banco Mizuho do Brasil S.A. - Conglomerado Prudencial

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Conglomerado Prudencial--Continuação
31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais)

11. Outras obrigações diversas e fiscais e previdenciárias (circulante e longo prazo)--Continuação

b) Longo prazo - fiscais, previdenciárias--Continuação

5. PIS - provisão constituída em decorrência da suspensão do recolhimento dessa contribuição em virtude de discussão judicial quanto à sua base de cálculo e discussão na esfera administrativa. Existem depósitos judiciais no montante de R\$1.705.

c) Longo prazo - diversas

Representam o valor provável das obrigações oriundas de contingências decorrentes de processos trabalhistas no montante de R\$9.561 e contingências decorrentes de processos de expurgos inflacionários no montante de R\$3.039. Existem depósitos judiciais de R\$1.942 para as causas trabalhistas.

d) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos não requerem provisão. Em 31 de dezembro de 2014, esses processos referiam-se a gestão de fundos de investimento no valor de R\$20.246.

e) Movimentação das contingências

	Saldo inicial				Saldo final
	31/12/2013	Constituição	Reversão	Pagamentos	31/12/2014
Provisão para riscos fiscais	120.452	10.258	(768)	(1.300)	128.642
Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ)	11.328	531	-	-	11.859
Contribuição social sobre o lucro (CSLL)	2.665	133	-	-	2.798
Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS)	97.456	8.407	-	-	105.863
Programa de integração social (PIS)	4.631	795	-	-	5.426
Outros	3.434	344	(224)	(1.300)	2.254
Imposto sobre serviços (ISS)	938	48	(544)	-	442
Provisão para passivos contingentes	14.715	783	(2.898)	-	12.600
Processos trabalhistas	12.006	391	(2.836)	-	9.561
Expurgos inflacionários	2.709	392	(62)	-	3.039

Banco Mizuho do Brasil S.A. - Conglomerado Prudencial

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Conglomerado Prudencial--Continuação
31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais)

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social é de R\$516.580, dividido em 2.125.297 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2014, o Banco deliberou o aumento do capital social no montante de R\$ 19.687, com a destinação dos juros sobre capital próprio deliberados no exercício.

b) Dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas, são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, ajustado na forma do artigo 17 da Lei 6.404/76 e atualizações.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2014, o Banco deliberou sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 22.500, em substituição aos dividendos mínimos obrigatórios, correspondente ao valor líquido de impostos de R\$ 19.687. Com o registro dos juros sobre o capital próprio, o Banco obteve benefício fiscal no montante de R\$ 3.194.

c) Ajuste a valor de mercado TVM

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o valor relativo ao ajuste a mercado de títulos disponíveis para venda, conforme prevê a Circular nº 3068 de 08 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil é de R\$2.730.

d) Reserva de lucro especial

Conforme previsto na Resolução nº 3605 de 29 de agosto de 2008, do Banco Central do Brasil, o Banco transferiu o saldo de lucros acumulados no valor de R\$1.033 para reserva de lucro especial, a qual será destinada a manutenção de limites operacionais, conforme AGE datada de 31 de dezembro de 2014.

e) Reserva legal

O Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder 20% do capital integralizado. Ademais, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social.

Banco Mizuho do Brasil S.A. - Conglomerado Prudencial

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Conglomerado Prudencial--Continuação
31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais)

13. Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2014 o Banco possuía o montante de R\$94.613 registrados em créditos tributários e o montante de R\$10.283 registrado em obrigações fiscais diferidas. O registro desses créditos está suportado por estudo técnico efetuado ao final do exercício, o qual indicou a capacidade de geração de resultados futuros para a sua utilização.

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	<u>IRPJ e CSLL</u> <u>2014</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	36.200
Encargo total do imposto de renda e contribuição social conforme alíquotas apresentadas na Nota 3.k	(14.480)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:	<u>3.778</u>
Juros sobre o capital próprio	9.000
Equivalência patrimonial	4.541
Participação dos empregados no lucro	852
Provisão para perdas em operações de crédito	(8.250)
Ajustes de marcação a mercado	340
Excedente limite dedução TJLP	(2.994)
Outras adições e exclusões - temporárias	516
Outras adições e exclusões	(227)
Imposto de renda e contribuição social - valores correntes	<u>(10.702)</u>
Imposto de renda e contribuição social - valores diferidos	<u>7.394</u>

Banco Mizuho do Brasil S.A. - Conglomerado Prudencial

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Conglomerado Prudencial--Continuação
31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais)

13. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Demonstração dos créditos tributários e obrigações diferidas de imposto de renda e contribuição social

	Saldo Inicial	Constituição	Realização	Saldo Final
Provisão para créditos liquidação duvidosa	16.743	10.787	(2.536)	24.994
Provisão para contingências judiciais	46.662	4.103	(827)	49.938
Provisão para contingências diversas	1.084	132	-	1.216
Outras provisões	5.643	598	(1.553)	4.688
Provisões para PLR e Gratificações	645	282	-	927
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	8.016	-	(1.362)	6.654
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos - resultado	5.863	-	(340)	5.523
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa	84.656	15.902	(6.618)	93.940
PIS e COFINS sobre ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	715	-	(42)	673
Créditos tributários de imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS	85.371	15.902	(6.660)	94.613
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários - Mizuho Cayman	(3.120)	-	1.300	(1.820)
Atualização depósitos judiciais	(5.697)	(1.885)	-	(7.582)
Total das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças tributárias de imposto de renda e contribuição social	(8.817)	(1.885)	1.300	(9.402)
Obrigações fiscais diferidas de PIS e COFINS	(663)	(218)	-	(881)
Total das obrigações fiscais diferidas de imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS	(9.480)	(2.103)	1.300	(10.283)

Os créditos tributários foram constituídos às alíquotas vigentes sobre adições temporárias, sendo considerada a probabilidade de realização por resultados gerados nos exercícios futuros. O valor presente dos créditos tributários, descontados às taxas de mercado para juros em moeda nacional em 31 de dezembro de 2014, relativamente às datas previstas de realização dos mesmos, monta R\$65.850.

Os créditos tributários apresentados em 31 de dezembro de 2014, segundo as projeções da administração, deverão ser realizados nos seguintes períodos:

Até 01 ano	Até 02 anos	Até 03 anos	Até 04 anos	Até 05 anos	De 05 a 10 anos
32%	0%	0%	13%	7%	48%

Banco Mizuho do Brasil S.A. - Conglomerado Prudencial

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Conglomerado Prudencial--Continuação
31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais)

14. Transações e saldos com partes relacionadas

a) Remuneração de administradores

	<u>2014</u>
Remuneração	15.005
Participação nos lucros	109
Previdência privada	499

b) Transações com outras partes relacionadas

As transações realizadas com partes relacionadas são efetuadas em condições normais de mercado no que se refere às taxas e prazos, e estão sumariadas como segue:

	<u>2014</u>	
	<u>Ativo (passivo)</u>	<u>Receitas (despesas)</u>
Disponibilidades	5.557	-
Mizuho Bank, Ltd. - Japan	632	-
Mizuho Bank, Ltd. - London	2.747	-
Mizuho Bank, Ltd. - New York	2.178	-
Aplicações em moeda estrangeira	19.392	15
Mizuho Bank, Ltd. - New York	19.392	15
Outros créditos - Carteira de câmbio	90.796	4.297
Mizuho Bank, Ltd. - New York	90.796	4.297
Outros créditos - diversos	2.005	44.108
Mizuho Bank, Ltd. - New York	2.005	44.108
Obrigações por Empréstimos do Exterior	(347.806)	(32.887)
Mizuho Bank, Ltd. - New York	(347.806)	(32.887)
Obrigações por Repasses do Exterior	(470.696)	(94.414)
Mizuho Bank, Ltd. - New York	(470.696)	(94.414)
Outras obrigações - carteira de câmbio	(90.969)	(2.001)
Mizuho Bank, Ltd. - New York	(90.969)	(1.959)
Mizuho do Brasil Cayman	-	(42)

Banco Mizuho do Brasil S.A. - Conglomerado Prudencial

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Conglomerado Prudencial--Continuação
31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais)

15. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados pelo Grupo Mizuho são devidamente aprovados dentro da política de utilização de produtos. Esta política determina que previamente à implementação de cada produto, todos os aspectos devem ser analisados dentro da instituição, tais como: objetivos, formas de utilização, riscos envolvidos e infraestrutura adequada para o suporte operacional. O produto somente é disponibilizado após a aprovação de todas as áreas envolvidas localmente e pela área responsável por novos produtos na matriz. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para proteção aos riscos das posições próprias, para gestão do resultado e para soluções às necessidades de nossos clientes. Os principais instrumentos utilizados são operações de *swaps*, futuros, operações a termo e opções.

Os componentes de risco de crédito e risco de mercado dos instrumentos financeiros derivativos são monitorados diariamente. A área de Gestão de Créditos define limites específicos para operações em derivativos, para os clientes e também para as câmaras de registro e liquidação. Este limite é gerenciado através de sistema que consolida as exposições por contraparte. Eventuais irregularidades são prontamente apontadas e encaminhadas para solução imediata.

O gerenciamento de risco de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é efetuado dentro do processo global de gestão de riscos. A política de riscos em vigor estabelece que os riscos potenciais decorrentes de flutuações de preços nos mercados financeiros sejam centralizados na área de Tesouraria, sendo esta provedora de proteção para as demais áreas.

A diretoria do Grupo Mizuho é responsável por estabelecer a política de risco a ser seguida por todas as unidades, definindo os limites de acordo com a receita projetada e nível aceitável de exposição. A responsabilidade por garantir o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela diretoria do Grupo é atribuída à área de Gestão de Riscos, que mantém relação de independência das áreas de negócios e de processamento das operações, reportando-se diretamente à Matriz.

Banco Mizuho do Brasil S.A. - Conglomerado Prudencial

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Conglomerado Prudencial--Continuação
31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais)

15. Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

Política de Hedge

A política de hedge é alinhada aos limites estabelecidos de exposição à riscos. Sempre que operações gerarem exposições que poderão resultar em flutuações relevantes no resultado contábil do Banco, o que poderia comprometer os limites operacionais, a cobertura do risco é efetuada por instrumentos financeiros derivativos, observadas as regras legais estabelecidas para a qualificação de *hedge* contábil, de acordo com a Circular nº 3.082 do Banco Central do Brasil.

Conforme o padrão de *hedge* utilizado pela instituição, os riscos de variação cambial e juros são transferidos para posições em taxas flutuantes (CDI).

Preferencialmente, os instrumentos financeiros derivativos são contraídos na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa), garantindo a independência na manutenção da posição até o vencimento. Em se tratando de operações de *hedge* utilizando-se de contratos futuros, essas operações são negociadas através da conta PLD (Participante de Liquidação Direta) na BM&FBovespa, específica para movimentação de posição de *hedge*, de forma a evitar o “netting” ocasionado por contratos das mesmas séries, contraídos para outros fins.

Os instrumentos de proteção buscam a mitigação dos riscos de mercado, variação cambial e juros. Observada a liquidez que o mercado apresentar, as datas de vencimento dos instrumentos de *hedge* são o mais próximo possível das datas dos fluxos financeiros da operação objeto, garantindo a efetividade desejada da cobertura do risco. Os custos acessórios que incidirão sobre os fluxos de caixa futuros, sempre que previstos, são parte integrante dos fluxos projetados para fins da cobertura ao risco.

Caso as posições financeiras a serem protegidas apresentem pagamentos intermediários, sejam de juros ou parcelas de amortização de principal, os instrumentos derivativos também são contratados com os mesmos fluxos intermediários, quer apresentando fluxos previstos dentro da mesma operação, ou com a contratação de várias operações coincidentes com os fluxos do objeto de *hedge*.

Nos casos em que o Banco contrata obrigações de prazos longos, para as quais o mercado não ofereça instrumentos líquidos para proteção, a estrutura de *hedge* é efetuada visando também neutralizar o risco pelo descasamento do prazo, agregando-se ao conjunto do *hedge* direitos de liquidação em prazos intermediários, ou outros instrumentos, conforme os componentes de risco e as condições de mercado.

Banco Mizuho do Brasil S.A. - Conglomerado Prudencial

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Conglomerado Prudencial--Continuação
31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais)

15. Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

O monitoramento da efetividade do *hedge*, que mensura a neutralização pelos instrumentos financeiros derivativos dos efeitos das flutuações de mercado sobre os itens protegidos, é efetuado mensalmente. A efetividade apurada para cada unidade de *hedge* está dentro do intervalo estabelecido pela Circular nº 3.082 do Banco Central do Brasil.

O resultado obtido com a utilização dos instrumentos financeiros derivativos tem se apresentado dentro dos objetivos propostos. A gestão das carteiras de instrumentos financeiros derivativos utiliza-se de sistemas específicos de controle, sistema de gestão de riscos de contraparte e sistema geral de base de dados (*Data Warehouse*).

Apuração do valor de mercado e posições em aberto:

A apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é efetuada com base em preços divulgados, ou através de modelos matemáticos de precificação que utilizam parâmetros de mercado divulgados por provedores externos de dados. Esses dados são capturados por sistema informatizado diretamente dos provedores e disponibilizado em sistema específico, que constrói as curvas de juros através de processo de interpolação pelo método exponencial. Basicamente, os modelos matemáticos descontam os fluxos de caixa esperados de cada operação pelas respectivas taxas de juros de mercado.

Os valores registrados nas contas patrimoniais relativos aos instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2014, incluídos os ajustes ao valor de mercado, são demonstrados a seguir:

	2014		
	Ativo	Passivo	Líquido
<i>Swap</i>	20.680	(37.772)	(17.092)
<i>Forward</i>	32.074	(6.224)	25.850
	52.754	(43.996)	8.758

Banco Mizuho do Brasil S.A. - Conglomerado Prudencial

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Conglomerado Prudencial--Continuação
31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais)

15. Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

a) Operações de swap

Categoria	2014					
	Valor Referencial	Valor de custo		Valor de mercado		Líquido
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
<u>Não "hedge"</u>						
CDI x USD	530.934	539.893	(567.192)	538.890	(557.447)	(18.557)
USD x USD	389.188	553.494	(553.836)	419.165	(413.439)	5.726
<u>"Hedge"</u>						
CDI x IGPM	39.778	57.574	(62.144)	57.549	(61.810)	(4.261)
	959.900	1.150.961	(1.183.172)	1.015.604	(1.032.696)	(17.092)

b) Operações de forward

Categoria	2014					
	Valor Referencial	Valor de custo		Valor de mercado		Líquido
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
<u>Não "hedge"</u>						
USD x PRE	429.453	440.246	(414.926)	436.111	(410.941)	25.170
IEN x PRE	6.372	6.092	(6.062)	6.075	(5.986)	89
EUR x PRE	76.405	74.577	(74.439)	74.442	(73.851)	591
	512.230	520.915	(495.427)	516.628	(490.778)	25.850

Banco Mizuho do Brasil S.A. - Conglomerado Prudencial

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Conglomerado Prudencial--Continuação
31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais)

15. Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

c) Demais instrumentos financeiros derivativos não hedge

Contratos	2014	
	Futuros - BM&F	
	Global	Líquido
Moeda:		
Comprado	617.296	
Vendido	(501.006)	116.290
Taxa de juros:		
Comprado	439.869	
Vendido	(30.658)	409.211
		525.501

Banco Mizuho do Brasil S.A. - Conglomerado Prudencial

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Conglomerado Prudencial--Continuação
31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais)

15. Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

d) Demais instrumentos financeiros derivativos hedge

Operações de futuros - BM&F

Contratos	2014	
	Global	Líquido
Moeda:		
Comprado	325.780	
Vendido	(79.622)	246.158
Taxa de juros:		
Comprado	28.230	
Vendido	(617.961)	(589.731)
		<u>(343.573)</u>

e) Objetos de hedge

	2014		
	Valor da curva	Ajuste de MTM	Valor de mercado
Risco de taxa de juros			
Crédito consignado	13.390	(54)	13.336
Obrigações por cessão de crédito	(30.733)	245	(30.488)
Total de risco de taxa de juros	<u>(17.343)</u>	<u>191</u>	<u>(17.152)</u>
Risco de moeda			
Repases (USD)	(470.802)	2.873	(467.929)
Total de risco cambial	<u>(470.802)</u>	<u>2.873</u>	<u>(467.929)</u>
Risco de indicador			
Debêntures	62.109	(1.322)	60.787
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	615.647	(7.888)	607.759
Total de risco indicador	<u>677.756</u>	<u>(9.210)</u>	<u>668.546</u>

Banco Mizuho do Brasil S.A. - Conglomerado Prudencial

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Conglomerado Prudencial--Continuação
31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais)

15. Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

f) Operações por vencimento em

	2014				
	De 1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
<i>Hedge</i>					
Swap	(758)	-	(658)	(2.846)	(4.262)
Futuro - BM&F	(81.099)	24.879	327.674	(615.027)	(343.573)
<i>Não "hedge"</i>					
Swap	(4.067)	(1.130)	(1.973)	(5.660)	(12.830)
Forward	4.602	10.087	8.053	3.108	25.850
Futuro - BM&F	27.451	730	126.928	370.392	525.501
Total	(53.871)	34.566	460.025	(250.034)	190.686

Banco Mizuho do Brasil S.A. - Conglomerado Prudencial

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Conglomerado Prudencial--Continuação
31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais)

15. Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

g) Informações complementares

As operações de derivativos em 31 de dezembro de 2014 estão classificadas da seguinte forma, quanto ao local de negociação:

	<u>Valor referencial</u> <u>2014</u>
Operações realizadas em bolsa - "BM&FBovespa "	2.680.199
Operações de balcão - Cetip	1.432.353
	<u>4.112.552</u>

As margens dadas em garantia para operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, estão representadas por títulos públicos federais, conforme demonstrado abaixo:

	<u>Valor de mercado</u> <u>2014</u>
Títulos públicos federais:	
Letras do Tesouro Nacional - LTN	167.713
	<u>167.713</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as operações com instrumentos financeiros derivativos resultaram em ganhos de R\$1.156.604 e perdas de R\$1.139.107, registrados na rubrica de "Resultado de instrumentos financeiros derivativos" em contrapartida às respectivas contas patrimoniais.

O Banco não possui derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2014.

16. Gestão de riscos

As informações detalhadas relativas ao processo de gestão de riscos e as exigências quanto ao Patrimônio de referência encontram-se disponíveis na Internet, através do endereço: www.mizuhobank.com/brazil/pt/financial/.

Risco de mercado

O departamento de Risco de Mercado monitora as exposições e respectivos limites definidos pela Matriz do Banco para as seguintes métricas:

Banco Mizuho do Brasil S.A. - Conglomerado Prudencial

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Conglomerado Prudencial--Continuação
31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais)

16. Gestão de riscos--Continuação

Risco de mercado--Continuação

- FX exposure: Exposição cambial em moedas estrangeiras. Os valores absolutos das exposições cambiais em cada moeda devem ser convertidos em valores equivalentes em dólares e somados.
- Sensibilidade a movimentos nas taxas de juros de mercado: Esta métrica mede o impacto nos preços dos ativos devido a elevação nas taxas de juros de mercado. É aplicável tanto para as operações em reais quanto para as operações em moedas estrangeiras.
- Exposição de Vega para opções de dólar: É uma medida de risco de opções que representa o montante de mudança no preço da opção com relação a mudanças na volatilidade do ativo objeto.

A matriz do Banco calcula o valor em risco - VaR, para a mensuração da exposição ao risco de mercado da instituição, em condições normais de mercado. Não há um limite formal de VaR definido para o Banco. O modelo de VaR empregado pelo Mizuho baseia-se no modelo paramétrico com 99% de nível de confiança e 1 dia de horizonte de tempo.

O processo de avaliação e controle dos riscos ocorre de forma independente às atividades de negócios da instituição. Valores indicativos das exposições a risco de mercado são calculados em tempo real. No fechamento do dia, os métodos descritos são aplicados sobre a base das operações em aberto. O gerente da área de gestão de riscos analisa e aprova diariamente os números calculados. Os relatórios com os resultados apurados são disponibilizados para as pessoas autorizadas.

Com o objetivo de mensurar os possíveis efeitos decorrentes de movimentos inesperados do mercado, que não são capturados pelo VaR, o Mizuho utiliza-se de técnicas de análise de cenários. Os modelos contemplam análises de cenários projetados e testes de estresses, cujo objetivo final é assegurar que o Banco se encontra em condições de reagir a situações extremas de mercado.

Risco de liquidez

O departamento de Risco de Mercado também monitora o risco referente a situações potenciais de diminuição de liquidez, que pode resultar em dificuldades para o Banco honrar suas obrigações futuras de pagamento ou obrigá-lo a incorrer em custos de captação maiores que aqueles regularmente praticados.

Banco Mizuho do Brasil S.A. - Conglomerado Prudencial

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Conglomerado Prudencial--Continuação
31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais)

16. Gestão de riscos--Continuação

Risco de liquidez--Continuação

A Matriz do Banco em Tóquio definiu como principal medida de liquidez o Funding Gap em que consiste na projeção das necessidades de captação de recursos para os prazos de 1 dia, 1 semana e 1 mês. O Funding Gap é calculado para todas as moedas negociadas pelo banco. Os limites do Funding Gap são propostos pelo Banco, aprovados pela Matriz e revisados semestralmente.

Localmente, o risco de liquidez também é monitorado através de projeções diárias dos saldos de caixa, que consideram diversos cenários para os parâmetros utilizados nos seus cálculos. Os ativos líquidos (não vinculados a garantias) são marcados à mercado e adicionados ao caixa imediatamente disponível. Os demais ativos e derivativos sofrem ajustes no valor e no prazo de seus fluxos, de acordo com o grau dos respectivos riscos de crédito. Os passivos sem vencimento determinado são considerados como imediatamente exigidos e sem renovação. O acompanhamento da liquidez da instituição é feito no Comitê de Ativos e Passivos do Banco, que reúne-se mensalmente e monitorados diariamente pelo departamento de Risco de Mercado. Além disso, o Banco conta com um plano de contingência aprovado pela Diretoria, contra eventuais crises de liquidez, para ser aplicado de acordo com a natureza e a severidade da crise.

Em complementação à Política de Gestão de Liquidez do Banco foi estabelecida uma política de Gestão da Liquidez de Curto Prazo cujo enfoque é a capacidade para honrar obrigações financeiras cujos vencimentos ocorram no período compreendido entre 1, 7 e 15 dias úteis. Em conformidade com esta política o Back-Office monitora diariamente a liquidez de curto prazo do Banco, assim como os lançamentos intradia efetuados na conta de reservas bancárias e os saldos individuais das contas junto aos bancos correspondentes do exterior.

Ambas as políticas possuem limites referenciais estabelecidos pelo Comitê de Gestão e que levam em conta a disponibilidade de ativos face às exigências de caixa para os prazos analisados. Esses limites são valores de referência que devem ser considerados como parâmetros para a apropriada gestão da liquidez do Banco.

Banco Mizuho do Brasil S.A. - Conglomerado Prudencial

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Conglomerado Prudencial--Continuação
31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais)

16. Gestão de riscos--Continuação

Risco operacional

A estrutura de risco operacional, conforme definido pela Resolução nº 3.380 do Banco Central do Brasil, de 29 de junho de 2006, está em linha com o ambiente de negócios do Banco e de acordo com as exposições geradas pelos produtos e serviços oferecidos pela Instituição. Essa estrutura possibilita a avaliação, o monitoramento, o controle e a mitigação do risco operacional, e está ligada diretamente à Diretoria. A gestão de risco operacional utiliza ferramentas que permitem o registro de eventos de riscos operacionais; análise de cenários; indicadores-chave de risco e auto-avaliação. Através desses instrumentos, medidas são discutidas, registradas e monitoradas. As políticas e procedimentos inerentes estão disponibilizadas para todos os níveis da Instituição. Treinamentos específicos são periodicamente oferecidos, visando a disseminação e o fortalecimento da cultura interna sobre risco operacional

Risco de crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas financeiras resultantes da contraparte não honrar os compromissos de crédito assumidos com o Banco. O Departamento de Crédito é responsável pelo monitoramento do risco de crédito no Brasil, atendendo às regulamentações determinadas pelo Banco Central do Brasil, bem como às normas globais definidas pela Matriz. O foco de atuação do Departamento de Crédito concentra-se na avaliação da capacidade financeira da contraparte, qualificação de nível de risco, atribuição de limites e garantias exigidas, além de constante monitoramento da exposição ao risco de crédito. O Departamento de Crédito tem total independência nas suas decisões que são escalonadas conforme os níveis de riscos envolvidos. A classificação do risco por cliente segue os padrões internos sendo também aplicados os requisitos exigidos pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil. O monitoramento requer que revisões periódicas do perfil de risco das contrapartes sejam efetuadas e formalmente documentadas.

17. Outras Informações

- a) Coobrigações em riscos e em garantias prestadas montam a R\$ 61.539, os quais estão sujeitos a encargos financeiros e contra-garantias pelos beneficiários. Não é esperada nenhuma perda decorrente dessas operações.
- b) Outras receitas operacionais representam principalmente rendas com depósitos judiciais no montante de R\$5.276, reversão de provisões de R\$1.011, variação cambial no montante de R\$ 12.870 e outras receitas operacionais no montante de R\$2.312.

Banco Mizuho do Brasil S.A. - Conglomerado Prudencial

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Conglomerado Prudencial--Continuação
31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais)

17. Outras Informações--Continuação

- c) Outras despesas operacionais representam, atualização de contingências fiscais no montante R\$7.140 e outras despesas operacionais de R\$427.

18. Índice de Basileia

O Banco Central do Brasil, através da Resolução nº 4.192, de 1º de março de 2013, instituiu nova forma de apuração do Patrimônio de Referência (PR), com efeito a partir de 1º de outubro de 2013. O Índice de Basileia (IB) para 31 de dezembro de 2014 é de 26,70%, e o quadro abaixo demonstra a apuração do Patrimônio de Referência (PR):

Ativos Ponderados por Risco (RWA)	1.473.823
RWA CAM	13.542
RWA JUR	385.591
RWA para Risco Operacional por Abordagem Padronizada - RWAOPAD	75.929
Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	520.323
Patrimônio de Referência (PR)	520.323
Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	305.946
Índice de Capital Principal (ICP)	26,70%
Índice de PR Nível I (IN1)	26,70%
Índice de Basileia (IB)	26,70%
Índice de Basileia Amplo (IB Amplo)	24,40%

19. Estrutura de gerenciamento de capital

O processo de gerenciamento de capital é conduzido pelo Comitê de Gestão de Ativos e Passivos (ALMC). As principais responsabilidades do ALMC neste processo são: Definição da Estrutura de Gerenciamento de Capital; Definição do Plano de Capital para o período de três anos; Análise dos riscos correntes e potenciais associados à atividade operacional que podem impactar o Capital da instituição e Monitoramento constante do processo, atuando preventivamente para preservar e manter o capital da instituição nos níveis ideais, conforme a estratégia definida e exigências regulatórias. Os relatórios gerenciais para apoio ao processo bem como o monitoramento diário, são de responsabilidade da área de Controladoria. Estes relatórios indicam o nível de capitalização e seus respectivos indicadores e as projeções de consumo de capital em condições normais e em cenários estressados. O Plano de Capital é revisado anualmente ou em período menor caso o contexto sinalize alterações relevantes. O Planejamento de Resultados e a Estrutura sistêmica de apoio são parte integrantes da estrutura de gerenciamento de capital. O relatório completo sobre a estrutura de gerenciamento de capital está disponível no nosso website: www.mizuhobank.com/brazil/pt/.

Banco Mizuho do Brasil S.A. - Conglomerado Prudencial

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Conglomerado Prudencial--Continuação
31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais)

20. Outros assuntos

A Lei nº 12.973, publicada em maio de 2014, dentre outras alterações promovidas na legislação tributária, ampliou a base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS para abarcar a integralidade das receitas auferidas pelas empresas, até então restrita ao produto da venda de bens e/ou serviços. Em decorrência dessa mudança legislativa, válida a partir de janeiro de 2015, as medidas judiciais que o banco possui sobre o assunto, ficarão limitadas aos fatos geradores ocorridos até dezembro/2014.

21. Eventos subsequentes

- a) Através do Correio Bacen nº 115011693 de 24 de fevereiro de 2015, o Banco Central divulgou a aprovação do aumento de capital do Banco, realizado no dia 31 de dezembro de 2014.
- b) Através do Correio Bacen nº 1601612851 de 07 de março de 2016, o Banco Central divulgou a aprovação do aumento de capital do Banco, realizado no dia 31 de dezembro de 2015.
- c) O Banco possui registrado em Outras Operações de Crédito transação de Notas de Crédito a Exportação - NCE que monta em 31/12/2015 o valor de R\$ 113.039, cujo vencimento contratado é Out/2019. Em função de alterações ocorridas, no início de 2016, em relação a estratégia de negócios do emitente, o Banco, respaldado pelas condições contratuais, iniciou tratativas com os garantidores da operação para sua liquidação antecipada. Em março de 2016, o banco assinou um acordo com os garantidores para a liquidação total da operação até o dia 31 de maio de 2016.